

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Público de Mesquita	Município: Mesquita	Exercício: 2020
--	---------------------	-----------------

1) SOBRE AS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Existem manuais, rotinas ou normas internas que disciplinam os procedimentos, atividades, atribuições da unidade de controle interno?	X			
2	Foram realizadas auditorias contábil/financeira?		X		X
3	Foi realizada auditoria operacional?		X		X
4	Foi realizada auditoria patrimonial?		X		X
5	Foi realizada auditoria tributária?		X		X
6	Foi realizada auditoria de sistemas e processamento eletrônico?		X		X
7	Foram realizadas auditorias em outras áreas?		X		X
8	Os resultados das auditorias serviram de base para elaboração do presente relatório?			X	X

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	Informo que não foram realizadas auditorias no Instituto Previdenciário de Mesquita no exercício de 2020, isto porque não há segregação entre UCI e UC conforme manual para implantação de sistemas de controle interno no âmbito das administrações públicas municipais e estadual do estado do Rio de Janeiro, e a diretoria de auditoria da Prefeitura encontra-se defasada, com apenas um diretor e um analista contábil/controlador interno. Portanto, conclui-se que o fato impeditivo deu-se pela falta de pessoal, impossibilitando assim a realização das Auditorias, informamos que tal falta foi informado ao Chefe do Poder Executivo através do ofício CGM Nº 059/2021 e 001/AUD/CGM/2021 (em anexo).
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	Vale mencionar que, a análise feita fora meramente documental, dos documentos acostados aos autos da prestação de contas, e processos de pagamento por amostragem, conforme indicado no item 3.2 deste relatório.

2 – RESPONSÁVEIS

Descrição	Nome do Responsável	Ato de Nomeação	Ato de Exoneração	CPF	Período de Gestão
Responsável(is) pelas Contas	Murilo Sanches Rodrigues	Port. nº 015/2017	Port. nº 195/2020	535717977-87	01/01/2020 – 16/03/2020
Responsável(is) pelas Contas	Leandro Machado Ferreira	Port. nº 197/2020	Port. nº 088/2021	104.277.457-99	17/03/2020 – 31/12/2020
Responsável pelo encaminhamento das Contas	Cátia da Silva Ferraz	Port. nº 089/2021	-	080.472.917-42	2021
Responsável(is) pelo Setor Contábil	Eliel Fernandes da Silva	Port. nº 454/2019	Port. nº 164/2020	069609827-07	01/01/2020 – 02/03/2020
Responsável(is) pelo Setor Contábil	Renata Reis Alves	Port. nº 242/2020			01/04/2020 – 31/12/2020
Responsável(is) pela Unidade Central de Controle Interno	Nicola Fabiano Palmieri	Port. nº 010/2017	-	858689067-72	2017 – 2020

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos
Servidores Público de Mesquita

Município: Mesquita

Exercício: 2020

Responsável(is) pela Tesouraria	Vanessa Dias Quirino	Port. nº 038/2018	-	097988357-19	2018 - 2020
Responsável(is) pelos Bens Patrimoniais	-	-	-	-	-
Outros responsáveis	-	-	-	-	-

3 - ANÁLISE DA GESTÃO DA UNIDADE GESTORA

3.1 - Demonstrativos Contábeis:

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As demonstrações contábeis foram realizadas de acordo com os princípios de contabilidade, com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e MCASP?	X			
2	Os erros na escrituração contábil do exercício anterior foram corrigidos por meio de lançamentos de estorno, transferência ou complementação e acompanhados de notas explicativas, em observância ao disposto na normatização do CFC?	X			
3	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade do Ativo Imobilizado em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações?	X			X
4	O saldo registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações guarda paridade com os extratos e respectivas conciliações bancárias e valores em espécie, se for o caso?			X	X
5	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme orientação do MCASP?	X			
6	Foi evidenciada a composição e os esclarecimentos quantos aos valores registrados nas rubricas "Ajuste de Exercícios Anteriores" e "Ajuste de Avaliação Patrimonial"?	X			X
7	Estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias?			X	Se sim, especificar

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	Cumprir informar que houve lançamento no exercício de 2020 no Instituto, referente ao Ativo Imobilizado, visto que não houve aquisição de tais bens no exercício em questão, foram acertos do exercício de 2019, conforme apontado em NE's.
3	
4	Para que seja feita análise deve ser enviado Extrato bancário para este Órgão.
5	
6	Apenas "ajuste de exercícios anteriores".
7	Para que seja feita análise deve ser enviado Extrato bancário para este Órgão.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos
Servidores Público de Mesquita

Município: Mesquita

Exercício: 2020

3.2 - Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária:

Tabela 1 – Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	28.063.546,63
(B) Despesa Empenhada	9.040.346,91
(C) Transferências Financeiras Líquidas (intragovernamentais) *	0,00
(D) Superávit / Déficit (A-B) - C	19.023.199,72

(*) Transferências Financeiras Líquidas = transferências concedidas (-) transferências recebidas.

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	O déficit financeiro foi contido com a adoção de medidas pela administração?			X	Se sim, especificar
2	As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente?	X			
3	A contribuição previdenciária patronal está sendo recolhida regularmente?		X		X
4	As receitas extra-orçamentárias foram repassadas a quem de direito?	X			
5	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram previamente empenhadas?	X			
6	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, observaram os pré-requisitos para sua liquidação, conforme artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64?	X			
7	As despesas pagas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram devidamente liquidadas?	X			
8	Os recursos vinculados, selecionados com base em técnicas de amostragem, foram devidamente aplicados na finalidade a que se destinavam?	X			
9	Existe controle para que seja observado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades?	X			Se sim, especificar
10	Foi observada a normatização municipal na concessão e comprovação dos adiantamentos?			X	
11	Foram adotadas medidas administrativas para caracterização ou elisão de dano ao erário, procedimento empregado antes da instauração da Tomada de Contas?			X	
12	As aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado, seguindo a normatização aplicável ao RPPS em especial?			X	Se sim, especificar
13	São realizadas reavaliações atuariais em cada exercício?	X			X
14	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente ao setor de tesouraria, encontra-se arquivada no órgão?	X			X

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos
Servidores Público de Mesquita

Município: Mesquita

Exercício: 2020

Questões Normativas	Nota Explicativa
3	No exercício de 2020 houve sanção da Lei nº 1144 de 24 de junho de 2020, que dispõe sobre o parcelamentos junto ao Instituto de Previdência até o mês de junho/2020, quanto aos meses restantes, foi regulamentado o art. 9º da Lei Complementar 173/2020, conforme Lei nº 1.169, de 06 de maio de 2021. Portanto, conclui-se que, os valores referentes a parte patronal, constata-se o repasse parcial em todos os meses do ano de 2020, parte do valor foi parcelado e a outra suspensa de acordo com a 173/2020, segue em anexo leis supracitadas e modelo 23 encaminhado junto a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo (deliberação TCE- RJ 285/2018).
4	
5	
6	
7	
8	
9	Foi publicada INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 002/2020, cujo controle ficou a cargo dos titulares integrantes da estrutura organizacional.
10	
11	
12	Não foi encaminhado à este Órgão de Controle Interno os Extratos de Aplicação Financeira para que pudéssemos realizar a conferência dos saldos das contas referente a aplicação comparados aos demonstrativos contábeis.
13	O Relatório de Avaliação Atuarial anual do Regime Próprio de Previdência, não foi atendido, pois o processo administrativo nº 04/4776/2021 foi aberto no presente exercício, cujo objeto é contratação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial do período de 2020, e será enviado à esta Corte de Contas assim que obtivermos tal relatório.
14	Encontra-se arquivado o processo de tesouraria referente à Prefeitura, Saúde e Educação, entretanto não foi recepcionado neste órgão a Prestação de Contas referente a Tesouraria do Instituto Previdenciário. Foi solicitado através do Ofício CGM 131/2021.

3.3 - Gestão patrimonial:

Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1 Os passivos cancelados encontram embasamento legal?			X	
2 Os controles de bens de caráter permanente contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização?			X	
3 As baixas dos bens por obsolescência, imprestabilidade, por ser de recuperação antieconômica ou por ser inservível ao serviço público, estão sendo devidamente controlados?			X	
4 A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens patrimoniais, encontra-se arquivada no órgão?		X		

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Público de Mesquita	Município: Mesquita	Exercício: 2020
--	---------------------	-----------------

Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
5 A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens em almoxarifado, encontra-se arquivada no órgão?		X		

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	Os bens que foram lançados no exercício de 2020, referem-se a acertos de 2019, conforme NE's. Entretanto não foi entregue a prestação de contas de Bens Patrimoniais e bens Almoxarifados, foi solicitado ao Instituto através do ofício CGM 132/2021.
2	
3	
4	
5	

3.4 - Demais Atos da Gestão:

Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1 As diárias foram pagas e comprovadas de acordo com a legislação municipal?			X	
2 As contas foram submetidas aos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais, dentre outros), quando aplicáveis?	X			
3 O limite para as despesas administrativas foi respeitado?	X			
4 Foram adotadas medidas pelo Município, com a finalidade de receber do Regime Geral de Previdência Social (INSS) a compensação financeira a que o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público tem direito?		X		Se sim, especificar

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	As contas já foram submetidas ao conselho, ao qual emitiu parecer reprovando as contas do exercício de 2020.
3	
4	

4 - AÇÕES REALIZADAS

Tabela 2 – Demonstrativo das Responsabilidade não Regularizadas

Responsáveis	Natureza da	Processo nº	Valor (R\$)	Providências Adotadas
--------------	-------------	-------------	-------------	-----------------------

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos
Servidores Público de Mesquita

Município: Mesquita

Exercício: 2020

	Responsabilidade			
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Total				

Tabela 3 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por iniciativa da Administração

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R\$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Total		

Tabela 4 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por determinação do TCE-RJ

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R\$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Total		

Questão Normativa	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1 As responsabilidades não regularizadas foram contabilizadas?			X	
2 Foram adotadas providências visando à regularização das responsabilidades não regularizadas inscritas no exercício?			X	X
3 Foram instauradas Tomadas de Contas visando ao ressarcimento de dano/prejuízos ao erário público?			X	
4 As Tomadas de Contas, previstas em norma própria do TCE-RJ, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas?			X	

Questão Normativa	Nota Explicativa
1	Será solicitado no presente Relatório a Instauração de Tomada de Contas, tendo em vista os apontamentos feito pelo Conselho Fiscal através do parecer referente à Prestação de Contas do Exercício 2020.
2	
3	
4	

5 – IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ANTERIORES

Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos
Servidores Público de Mesquita

Município: Mesquita

Exercício: 2020

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As determinações do TCE/RJ, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?				X
2	As recomendações formuladas pelo controle interno, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?				X

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	Os apontamentos feitos tanto pelo Controle Externo, bem como pelo Controle Interno, baseiam-se em dar paridade aos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que o RREO e o RGF têm apresentado constantes divergências, por isto esta Controladoria sugerirá para que haja acompanhamento dentro do órgão previdenciário, visto que o UCI encontra-se impossibilitada de acompanhar em tempo real, analisando apenas a posteriori tais informações encaminhadas via SIGFIS.
2	

6 - APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO

No exercício financeiro de 2020, consta registrado, no Balanço Patrimonial, as provisões matemáticas previdenciárias no valor de R\$ 114.626.410,08, que tem por finalidade provisionar o custeio das futuras aposentadorias (concedidas e a conceder).

A situação patrimonial do MESQUITAPREV ao término do exercício de 2020 apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 121.580.560,27, superavitário.

No exercício de 2020 houve sanção da Lei nº 1144 de 24 de junho de 2020, que dispõe sobre o parcelamento junto ao Instituto de Previdência até o mês de junho/2020, contudo ainda há um montante de Crédito a receber no valor de R\$ 30.192.486,51, conforme Anexo 14, ao qual deverá ser ajustado durante os próximos exercícios, conforme pagamento das parcelas, que teve início em 01/02/2021, conforme extrato de termo de acordo de pagamento parcelado de dívida.

Em relação aos repasses das contribuições previdenciárias dos servidores verificou-se que os valores referentes aos servidores ativos foram repassados em sua integralidade. Sobre os valores referentes a parte patronal, constata-se o repasse parcial em todos os meses do ano de 2020. Porém não será objeto de Ressalva, apenas recomendação visto que Lei nº 1.144 de 24 de junho de 2020 que dispõe sobre o parcelamento, pois já foram tomadas as devidas providências e será observado a execução no exercício de 2021, contudo só foi parcelado até o mês de junho/2020, sendo sancionada a regulamentação do art. 9º da Lei Complementar 173/2020, conforme Lei nº 1.169, de 06 de maio de 2021, que também será objeto de Recomendação para que seja tomada as devidas providências quanto ao pagamento dos meses de julho à dezembro/2020.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Público de Mesquita	Município: Mesquita	Exercício: 2020
--	---------------------	-----------------

De maneira oportuna, informamos que o item 23, do anexo II da deliberação TCE-RJ nº 277/17, sobre encaminhamento do Relatório de Avaliação Atuarial anual do Regime Próprio de Previdência, não foi atendido, pois o processo administrativo nº 04/4776/2021, cujo objeto é contratação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial do período de 2020, ainda não foi concluído, entretanto será solicitado o encaminhamento à esta Corte de Contas assim que obtivermos tal relatório.

Acerca da ausência do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do Município de Mesquita, a atual Diretora Presidente informou sobre o parcelamento CADPREV nº 361/2021, às fls. 106, além de outras providências que estão sendo tomadas, a fim de regularizar a emissão do CRP.

Cabe ressaltar que ocorreu mudança de gestão, conforme item 2 – “Responsáveis”, e que apesar da presente prestação tratar sobre o exercício 2020, a atual diretora encontrou pendências a serem sanadas no ano vigente referente ao exercício anterior. E que estão sendo sanadas, como exemplo do Relatório de Avaliação Atuarial, citado acima.

Quanto aos relatórios da LRF – RREO e RGF, o Relatório quadrimestral foi enviado zerado, conforme apontado pelo Controle Externo e por este Controle Interno, a regularização foi feita, de acordo com a Diretora de Contabilidade do Instituto Previdenciário.

7 – CONCLUSÃO (REGULARIDADE OU IRREGULARIDADE)

Em atendimento ao disposto na Deliberação TCE n.º 277, de 24 de agosto de 2017, apresento o Relatório elaborado pelo órgão de controle interno e o Parecer de Auditoria quanto à Prestação de Contas Anual de Gestão em referência.

As análises foram meramente dos documentos entregues a esta Controladoria Geral do Município, conforme informado no item I.

Da análise do processo de Prestação de Contas apuramos as seguintes irregularidades e impropriedades nas contas do Instituto Previdenciário neste Relatório:

Irregularidade nº 01:

Conforme apontamento feito pelo Conselho Fiscal, não podendo ser corroborado por este órgão devido ao não encaminhamento dos extratos bancários, e já solicitados através do ofício CGM nº 131/2021, há divergência dos valores apontados nos demonstrativos contábeis e extratos bancários conforme exposto às fls. 115 – 117.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Público de Mesquita	Município: Mesquita	Exercício: 2020
--	---------------------	-----------------

Determinação nº 01:

Seja instaurado Tomada de Contas, de acordo com a Deliberação TCE-RJ 279/17, a fim de apurar as irregularidades apontada pelo Conselho Fiscal em seu parecer referente a Prestação de Contas do Instituto Previdenciário – exercício 2020.

Impropriedade nº 01:

Divergência apresentada entre o RREO e o RGF, comparados aos demonstrativos apresentado, constata-se a não paridade entre as informações.

Determinação nº 02:

Observar para que o orçamento final apurado do Instituto guarde paridade com o registrado no Balanço Orçamentário do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal do exercício em questão, sejam reanalisados, republicados, guardando paridade com os demonstrativos contábeis apresentados.

Impropriedade nº 02:

O Regime Próprio de Previdência Social do município não possui Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP válido para o exercício, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98.

Determinação nº 03:

Providenciar a regularização dos critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98 para fins de emissão do CRP, de modo que o município não fique impossibilitado de receber transferências voluntárias de recursos pela União.

Impropriedade nº 03:

As informações emitidas através do Modelo 4, às fls. 52, da Contabilidade do Instituto, em que apontam não paridade dos saldos do caixa e os valores apresentados pela Tesouraria.

Determinação nº 04:

Que sejam sanadas as pendências apontadas, e deve ser apresentado relatório na próxima prestação de contas sobre regularização dos apontamentos feito pela Diretora Contábil.

Recomendação nº 01:

Que seja estruturada a Unidade de Controle Interno que deve estar administrativamente subordinada ao Instituto de Previdência dos Servidores Público de Mesquita, pois visa garantir a independência administrativa e gerencial para que a UC possa exercer com maior eficácia e efetividade as suas funções em todas as atividades e funções desenvolvidas pelas demais unidades administrativas que integram a estrutura do órgão e entidade. Entretanto, a UC deve ter subordinação técnica à autoridade máxima do ente ou

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos
Servidores Público de Mesquita

Município: Mesquita

Exercício: 2020

entidade responsável pela coordenação, orientação, definição de diretrizes gerais e avaliação do Sistema de Controle Interno da entidade, ou seja, à esta Controladoria, conforme Manual para Implantação de Sistemas de Controle Interno no Âmbito das Administrações Públicas Municipais e Estadual do Estado do Rio de Janeiro (em anexo fls. 19 e 20 do Manual Implantação de Sistemas de Controle Interno do TCE-RJ).

Recomendação nº 02:

Para que seja acompanhado o pagamento das parcelas do Acordo CADPREV nº00361/2021 referente ao parcelamento da parte patronal do RPPS, e seja informado ao Chefe do Poder Executivo e ao Controlador do Município caso ocorra atraso em alguma parcela, a fim de tomarem as devidas providências para que não ocorra paralização dos repasses.

Recomendação nº 03:

Para que seja solicitado a regularização das parcelas suspensas de acordo art. 9º da Lei Complementar 173/2020, referente ao parcelamento da parte Patronal do RPPS.

Considerando que os apontamentos feitos neste Relatório é de conhecimento da Autarquia, ainda assim a unidade deverá sanar as irregularidades e impropriedades informadas, além disso deve atender as recomendações, a fim de evitar a reincidência dos fatos apontados por esta Controladoria.

Desta forma, considerando o parecer do conselho fiscal, no exercício de 2020, vez que ocorreu descumprimento de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis a gestão em sua integralidade, isto posto, s.m.j., concluímos pela IRREGULARIDADE das Contas em análise.

Mesquita, 14 de julho de 2021.


NICOLA FABIANO PALMIERI
Controlador Geral do Município

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: Instituto de Previdência dos
Servidores Público de Mesquita

Município: Mesquita

Exercício: 2020

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

1. Ofício CGM N° 059/2021 e 001/AUD/CGM/2021;
2. Modelo 23 encaminhado junto a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo (deliberação TCE- RJ 285/2018);
3. Lei n° 1144 de 24 de junho de 2020;
4. Lei n° 1.169, de 06 de maio de 2021;
5. Manual para Implantação de Sistemas de Controle Interno no Âmbito das Administrações Públicas Municipais e Estadual do Estado do Rio de Janeiro – fls. 19 e 20;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mesquita

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

OFÍCIO CGM Nº 059/2021

Mesquita, 16 de Março de 2021.

Assunto: Ofício 001/AUD/CGM/2021 - Implementando Auditoria Interna para eficácia dos sistemas de Controle Interno.

Ao Gabinete do Prefeito;

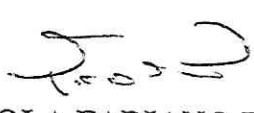
À Secretaria Municipal de Governança;

Cumprimentando-os, encaminho o ofício supracitado para seu conhecimento, solicitando ainda as devidas providências quanto ao apoio da Alta Administração, para iniciarmos a atividade de auditoria interna no Município de Mesquita.

Cabe salientar que tal solicitação é a fim de atender não só aos normativos legais, mas também determinações feitas pela Egrégia Corte de Contas, conforme processos TCE-RJ nºs 230.100-7/13, 203.982-14 e 213.288-0/17, em anexo.

Nos colocamos à disposição para sanar qualquer dúvida sobre o assunto. Por fim, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


NICOLA FABIANO PALMIERI
Controlador Geral do Município
Mat. 60/009.781

Luana de Sousa de Moraes
Gerente de Expediente
Mat. 60.010.941

18/03/21
às 10:40

Delicia Diniz

18/03/21

às 10:47



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mesquita
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Auditoria do Controle Interno

Ofício 001/AUD/CGM/2021

Mesquita, 12 de março de 2021.

Assunto: Implementar práticas de Auditoria Interna no Município de Mesquita a fim de exercer a atividade de avaliação independente, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia do sistema de controle interno.

Ao Controlador Geral do Município,
c/c ao Subcontrolador Geral do Município,

BASE LEGAL

Considerando o disposto no art. 70, da Constituição Federal de 1988 e a auditoria é um dos instrumentos para realização da fiscalização financeira, orçamentária, operacional, contábil e patrimonial da administração pública e que cabem ao sistema de controle interno por determinação constitucional.

Considerando o art. 4º do Regimento Interno da Controladoria Geral do Município de Mesquita que dispõe que o desempenho do órgão efetivar-se-á através de Auditoria podendo abranger inspeções, revisões e perícias.

Considerando a Lei nº 1125 de 26 de junho de 2019 que alterou a lei nº 412 de 11 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município (CGM), e em seu art. 3º destaca que a estrutura da secretaria contará com até 10 (dez) cargos efetivos de Analista Contábil e de Controle Interno, a serem preenchidos por concurso público.

CONCEITOS

Os conceitos de “controle interno” e de “sistema de controle interno” não se confundem, muito embora o primeiro seja parte integrante do segundo. Também não se confunde o conceito de “controle interno” com o de “auditoria interna”.

O controle interno é um controle da própria gestão, cuja instituição é de responsabilidade do titular do órgão ou entidade, pois faz parte de suas atividades administrativas. Por sua vez, a auditoria interna tem por finalidade fiscalizar, avaliar o grau de confiabilidade, medir e avaliar a eficiência e eficácia dos controles internos do órgão ou da entidade auditada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mesquita
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Auditoria do Controle Interno

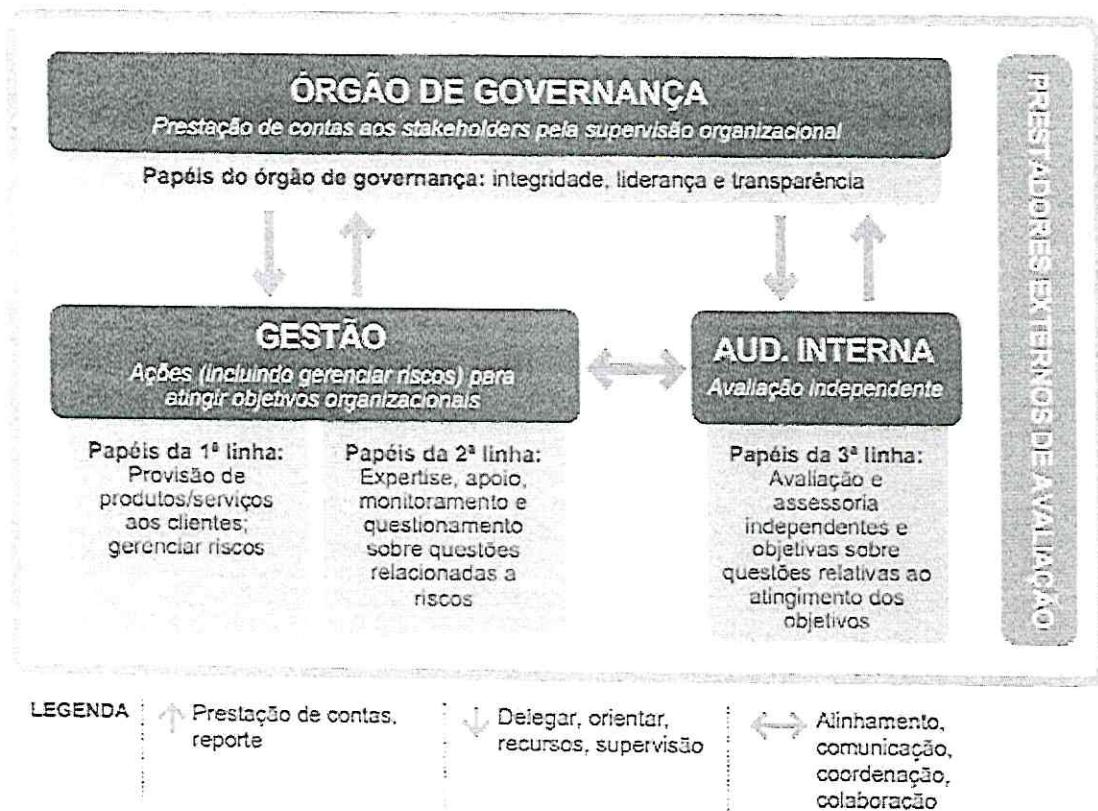
Logo, a auditoria interna não tem a função de gerenciar riscos ou estabelecer os controles internos, muito menos de elaborar estratégias para mitigação desses riscos: estas são responsabilidades do titular do órgão ou entidade.

Ao executar os procedimentos de auditoria e avaliar os controles internos, é possível serem identificadas fragilidades ou impropriedades na execução dos controles administrativos e esses resultados podem ser utilizados pelo gestor para aperfeiçoá-los.

PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

Baseado no modelo das três linhas de defesa, atualmente conhecido como modelo das três linhas do IIA (The Institute of Internal Auditors), é necessário compreender claramente os papéis e responsabilidades representados no modelo e os relacionamentos entre eles.

O Modelo das Três Linhas do The IIA



O órgão de governança garante que estruturas e processos adequados estejam em vigor para uma governança eficaz. Ele quem delega responsabilidades e oferece recursos à gestão para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mesquita

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria do Controle Interno

06.7210.21 1348

atingir os objetivos da organização, garantindo que as expectativas legais, regulatórias e éticas sejam atendidas

Além disso, o órgão de Governança estabelece e supervisiona uma função de auditoria interna independente, objetiva e competente para oferecer clareza e confiança no progresso em direção ao atingimento dos objetivos.

A responsabilidade da gestão de atingir os objetivos organizacionais compreende os papéis da primeira e segunda linhas. Os papéis de primeira linha estão mais diretamente alinhados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes da organização, incluindo funções de apoio. Os papéis de segunda linha fornecem assistência no gerenciamento de riscos.

Os papéis de segunda linha podem se concentrar em objetivos específicos do gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; e avaliação da qualidade. Já a responsabilidade pelo gerenciamento de riscos segue fazendo parte dos papéis de primeira linha e dentro do escopo da gestão.

Quanto aos papéis da terceira linha, a auditoria interna presta avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos. Ela reporta suas descobertas à gestão e ao órgão de governança para promover e facilitar a melhoria contínua. Ao fazê-lo, pode considerar a avaliação de outros prestadores internos e externos.

ANÁLISE DO CENÁRIO

Antes de adentrarmos ao assunto principal, vale iniciar com uma breve análise sobre o cenário que vivenciamos. A atual diretora de auditoria tomou posse em 02/09/2019 (portaria nº 597/2019), notou que não existia plano de auditoria estabelecido ou publicado no município, e havia uma grande demanda a ser sanada tendo em vista as Prestações de Contas, tanto dos ordenadores quanto do Prefeito, que deveriam ser encaminhadas à Corte de Contas, e que necessitava de análise e emissão de Certificado de Auditoria. Portanto no exercício de 2019 não foi possível realizar auditorias internas.

No início do exercício de 2020, em reunião com o Controlador e Subcontrolador com intuito de ajustarmos diretrizes para o novo ano, considerando que a servidora Tatiane Oliveira de Santana Teixeira, ocupante do cargo Analista Contábil e de Controle Interno havia sido



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mesquita

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Auditoria do Controle Interno

transferida para a CGM, no planejamento inicial foi decidido que iniciariamos as atividades de auditoria após a entrega da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo, que ocorre 60 dias após a sessão de abertura da Câmara Legislativa, contudo não imaginávamos que haveria a situação pandêmica em todo mundo, foi um momento delicado, trabalhamos com escala, e não era possível fazer visita in loco, e optamos por fazer análises remotas, entretanto não foi possível efetivar as ações de Auditoria na Administração no ano de 2020.

No presente exercício, houve a reunião de início de ano, foi acordado que começaríamos a realizar as auditorias internas após a entrega da prestação de contas, segundo Deliberação TCE-RJ nº 285/18, mesmo sabendo que ainda vivemos com a situação de emergência na saúde pública decorrente do coronavírus, ainda assim é necessário principiar esta atividade, então para respeitar o princípio da segregação de funções faremos algumas solicitações que serão apresentadas abaixo, para que não haja conflito de competências e nem algum outro tipo de percalços.

Cabe mencionar que, nos exercícios de 2013, 2014 e 2017 (processos TCE-RJ nºs 230.100-7/13, 203.982-14 e 213.288-0/17) foram feitas auditorias por parte do Controle Externo, houveram determinações e recomendações no sentido de ajustar pontos nos sistemas de controle interno de acordo com o Manual para implantação de sistemas de controle interno no âmbito das administrações públicas municipais e estadual do Estado do Rio de Janeiro, e ainda ensejou comunicação ao Chefe do Poder Executivo para que adotasse as medidas necessárias, no âmbito de suas competências, para que sejam evitadas ocorrências semelhantes às identificadas no Relatório de Auditoria endereçada a gestão anterior, segue em anexo os processos e as determinações feitas aos jurisdicionados do TCE-RJ, sendo necessário ressaltar que haverá brevemente algum tipo de fiscalização da Corte de Contas para verificar se foi implementado o que foi solicitado, portanto há urgência em atender aquilo que ainda não foi efetivado.

IMPLEMENTANDO A AUDITORIA INTERNA

Todo trabalho de auditoria deve ser orientado por um Manual, como em nosso Município é uma atividade que está ganhando nova forma e sendo redesenhada, optamos por utilizar o manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental da Controladoria Geral da União, respeitando as diferenças estruturais entre o Poder Executivo Federal e Municipal.

REC. Nº 06 / 7210 / 21 FL 136 g



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mesquita

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria do Controle Interno

Além disso, é necessário que seja publicado o plano de auditoria, podendo ser anual, quadrimestral ou trimestral, mas antes é preciso conter o de acordo do Chefe do Poder Executivo. Sendo de extrema importância verificar junto à alta administração quais pontos primordiais que pretendem incluir na auditoria, além do que já foi verificado pelo Órgão de Controle.

Quanto as macro funções do controle interno é importante garantir o desenvolvimento das atividades de controle, são elas: auditoria governamental, controladoria, ouvidoria e corregedoria. Sugere-se que as atividades acima estejam presentes no Órgão Central de Controle Interno, segundo o manual de controle interno para municípios do TCE/RJ.

Neste diapasão, considerando em especial a equipe de auditoria, é necessário para composição desta, o contínuo aprimoramento dos conhecimentos técnicos e dos aspectos éticos e comportamentais, e ainda deve buscar identificar potenciais riscos de fraude e verificar se a organização possui controles para tratamento desses riscos.

Além da equipe de auditoria, segundo a NBASP 40 e Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna da CGU, é necessário que haja responsabilidade da liderança, a supervisão tem como finalidade assegurar o atingimento dos objetivos do trabalho e a qualidade dos produtos, aplicando estas normas a realidade do Município de Mesquita, considerando que já existe o cargo de Diretor de Auditoria, este poderia exercer o papel de supervisão, contudo é necessário contratação de mais um auditor interno, de preferência seja realizado concurso público para provimento dos cargos vagos e previstos na estrutura da Controladoria, ou haja um remanejamento, ao menos, de servidor concursado para este Órgão, considerando a Lei Nº 1125/2019.

SUGESTÕES PARA INICIARMOS O TRABALHO

Antes da publicação do Plano Anual de Auditoria, sugiro uma reunião com os principais gestores do governo, para apresentarmos os principais objetivos da Auditoria Interna, para que entendam que o intuito é termos uma parceria e não uma fiscalização para puni-los, verificando sempre a legalidade, legitimidade e economicidade, caso exista algo em desacordo com a lei o gestor será instruído para regularização do ato.

Além disso, uma reunião com a alta administração a fim de apontarem os principais pontos de interesse para que sejam fiscalizados/monitorados. Publicação do Plano de Auditoria,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mesquita
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Auditoria do Controle Interno

PROC. Nº 06/7210/21 FLS 137 6

com início após a entrega da prestação de contas de governo 2020, que é sessenta dias após a sessão de abertura da Câmara, ou seja, a partir de 10/05/2021.

CONCLUSÃO

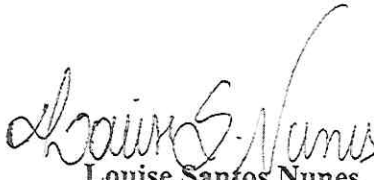
Diante do exposto, a implementação da prática de Auditoria Interna no Município é de suma importância, considerando que esta tem o papel de auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança (IIA, 2009).

Além da prática ser uma obrigação legal, a adequação das funções do Órgão de Controle Interno será objeto de monitoramento por parte da Corte de Contas, caso o município não tenha adequado seu Controle Interno, poderá ocorrer aplicação de multa, conforme Lei Complementar nº 63, de 01 de agosto de 1990.

Quanto as sugestões proferidas, não há imposição, entretanto, é necessário começar e ainda dar conhecimento aos gestores referente a importância da Auditoria Interna para melhoria na gestão dos processos e na eficácia dos controles internos dos órgãos.

Por fim, me coloco à disposição para sanar qualquer dúvida referente ao assunto, tendo a certeza que em breve iniciaremos o exercício de fiscalização com apoio da Governança e demais setores.

Atenciosamente,


Louise Santos Nunes
Diretora de Auditoria – PMM
CRC/RJ-124413/O
Mat. 60/010.679